

From Land... to Knowledge

Relatório Preliminar

**(Sondagens de Diagnóstico Arqueológico
Sondagens de Diagnóstico Parietal)**

Igreja São Luís dos Franceses
Beco de São Luís da Pena, 34 - 34 A | Rua Eugénio dos Santos

LISBOA

Joana de Carvalho (Arqueóloga)

Ana Penisga (Arqueóloga)

Ricardo Russo (Arqueólogo)

(2024)

Cliente: Embaixada de França

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	Relatório Preliminar – Igreja São Luís dos Franceses - Beco de São Luís da Pena, 34 - 34 A Rua Eugénio dos Santos - Lisboa
ANO	2024
DIRECÇÃO TÉCNICA	Joana de Carvalho Ana Penisga Ricardo Russo
ENTIDADE ENQUADRANTE	Clay Arqueologia, Unip. Lda.
EQUIPA TÉCNICA	Ricardo Russo Ruben Barbosa
TRATAMENTO GRÁFICO	José Pedro Machado

ÍNDICE

1. Identificação e Objectivos	5
1.1 Enquadramento Legal	7
1.2 Data da Execução dos Trabalhos	9
1.3 Equipa Técnica	9
2. Metodologias	10
2.1 Levantamento Histórico-Documental	10
2.2 Metodologia de Escavação Arqueológica	10
2.3 Metodologia de Sondagens Parietais	11
2.4 Metodologia de Registo Fotográfico	11
2.5 Metodologia de Tratamento de Materiais Arqueológicos	12
3. Caracterização da Área de Intervenção	13
3.1 Localização Geográfica	13
3.2 Enquadramento Geológico	14
3.3 Breve Resenha Histórica	14
4. Descrição dos Trabalhos Desenvolvidos	19
4.1 Caracterização do Projecto	19
4.2 Trabalhos Arqueológicos	19
4.2.1 Sondagens de Diagnóstico Arqueológico	21
4.2.1.1 Sondagem 1	21
4.2.1.2 Sondagem 3	22
4.2.2 Sondagens de Diagnóstico Parietal	23
4.2.2.1 Sondagem 1	23
4.3 Estudo dos Materiais Arqueológicos	24
5. Considerações Finais	25

6. Bibliografia	27
6.1 Geral	27
6.2 Específica	27
6.3 Fontes Históricas	29
6.4 Cartográfica e Iconográfica	29
6.5 Webgrafia	29
7. Anexos	30
7.1 Lista de Fotografias	30
7.2 Fotografias em Papel de Qualidade Fotográfica	31
7.3 Registo Gráfico	32
7.4 Lista de Registo Gráfico	33
7.5 Lista de Metadados	34

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS

O presente relatório preliminar decorre dos trabalhos de sondagens de diagnóstico arqueológico desenvolvidos por solicitação da Embaixada de França à Clay Arqueologia, no sentido de responder às condicionantes de carácter arqueológico da empreitada de reabilitação a realizar na Igreja de São Luís dos Franceses sita no Beco de São Luís da Pena, 34-34-A e Rua Eugénio dos Santos, em Lisboa.

A informação da DGPC nº S-2023/619613 (C.S:1693465), que exara despacho de 21 de Agosto de 2022, refere como condicionantes arqueológicas:

“3.3. c) Não obstante, tendo em consideração o projeto de arquitetura e a proposta de intervenção, concorda-se com a necessidade de se proceder a um diagnóstico arqueológico prévio, de forma a melhor se conhecer o espaço a intervir, procurando evitar-se eventuais contratemplos que poderiam ocorrer em fase de execução.

3.4. Relativamente à ‘Proposta de metodologia para os trabalhos de conservação e restauro de azulejos integrada na obra de reabilitação e alteração de interiores do edifício da Igreja São Luís dos Franceses’, considera-se autoria da mesma deverá subscrita por técnico especialista no tipo de intervenção a realizar (de acordo com o n.º 3 do artigo 5.º DL n.º 140/2009 de 15 de junho). Caso a proposta em apreciação venha a merecer um acolhimento favorável por parte da DGPC, considera-se:

Deverá ser apresentado um levantamento mais pormenorizado (gráfico, fotográfico, caracterização, descrição da constituição, localização em planta e alçado) dos painéis de azulejo que serão intervencionados.

O local dos painéis de azulejo que serão relocados deverá ser definido e concretizado, devendo ser evitada a sua permanência em suporte móvel por tempo indeterminado, sob risco de perda destes elementos patrimoniais.

3.5. No contexto supra, no âmbito da salvaguarda do património arqueológico, considera-se que deverá ser realizada uma ação de diagnóstico arqueológico, com vista à averiguação da existência de bens arqueológicos/patrimoniais e que permita a eventual definição de medidas de salvaguarda arqueológica a adotar posteriormente em fase de execução. Assim, preconiza-se a apresentação de um Plano de Trabalhos Arqueológicos (PTA) à tutela, em sede de Pedido de Autorização para a Realização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) a submeter via Portal do Arqueólogo, que preveja:

3.5.1. A realização de sondagens arqueológicas prévias, em quantidade e extensão que permitam o diagnóstico e a adequada avaliação dos impactes patrimoniais arqueológicos em causa, a implantar nas áreas de afetação do solo/subsolo (por todos os projetos que se prevê executar, incluindo especialidades), até à profundidade das cotas de afetação da operação urbanística ou até à identificação de níveis arqueologicamente estéreis, com vista a determinar os impactes patrimoniais da intervenção.

3.5.2. A realização de sondagens parietais, com vista ao registo da evolução construtiva do edificado e à salvaguarda de preexistências patrimonialmente relevantes, a realizar nas áreas em que se propõe demolição/abertura de vãos. Considerando a possibilidade da presença de elementos de pintura mural sob as atuais camadas cromáticas. [...]

3.6. Os resultados obtidos na ação de diagnóstico deverão ser submetidos a parecer da DGPC sob a forma de um relatório preliminar ou de um relatório final. [...]

3.7. Uma vez que a avaliação de impactes que sustentará o estabelecimento das medidas de salvaguarda do património arqueológico a implementar no âmbito da execução em obra do projeto, apenas será possível ocorrer em função da informação que vier a ser disponibilizada no relatório dos trabalhos arqueológicos.

3.8. Considera-se que as intervenções deverão ser, tanto quanto possível, reversíveis e, quanto aos projetos de especialidade, evitando-se a abertura de roços, reaproveitando caminhos e passagens das infraestruturas já existentes."

Neste sentido, e de acordo com as condicionantes arqueológicas expressas, o Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) foi devidamente submetido pelos arqueólogos responsáveis à Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) e aprovado com parecer favorável, de acordo com o despacho de dia 29 de Dezembro de 2023 (Inf. nº S-2023/629816 (C.S:1721543)), rececionado via *e-mail* no dia 3 de Janeiro de 2024.

Os trabalhos arqueológicos aqui abordados enquadram-se na Categoria C dos Trabalhos Arqueológicos previstos no Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, sendo que se adequam às *“ações preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático [...]”* (DL 164/14, Artº 3, alínea C).

Tomaram-se como objectivos fundamentais:

- identificação de possíveis vestígios arqueológicos que possam ser perturbados com a execução do projecto previsto;
- descrição e caracterização dos eventuais vestígios arqueológicos e, nessa sequência, a apresentação de propostas de medidas de minimização a implementar no sentido da sua preservação e salvaguarda;
- assegurar a compatibilização do projecto a desenvolver com a protecção, salvaguarda e valorização do património arqueológico de acordo com o previsto na legislação em vigor.

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

Os trabalhos arqueológicos realizados fundamentam-se nas seguintes disposições legais:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei n.º 164/14, de 04 de Novembro, que aprova o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos;

- Decreto-Lei n.º 78/2023, de 04 de Setembro, que procede à criação do Património Cultural, I.P., e aprova a respectiva orgânica;
- Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de Maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria n.º 404/2023 de 5 de Dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho, que harmoniza a legislação que rege a actividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à actividade arqueológica em meio terrestre;
- Despacho relativo à documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos, datada de 12 de Agosto de 2010;
- Circular sobre a Documentação Digital, relativa a toda a documentação entregue no âmbito do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, datada de 27 de Dezembro de 2011.

O edifício intervencionado enquadra-se nas seguintes servidões administrativas:

- *Lisboa Pombalina* – CIP - Conjunto de Interesse Público, Portaria n.º 740-DV/2012, DR, 2.º série, n.º 248, de 24 de Dezembro e Decreto n.º 95/78, DR, 1ª Série, n.º 210, de 12 de Outubro. (Área de sensibilidade arqueológica / Restrições arquitetónicas / urbanas: Área II);
- Zona Especial de Proteção (ZEP) conjunta dos imóveis classificados da Av. da Liberdade, Portaria nº 529/96, DR, 1ª Série B nº 228 de 01 de Outubro;
- Zona Geral de Proteção (ZGP) do *Palácio Alverca, também designado como Casa do Alentejo*- MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 587/2011, DR, 2.ª Série, n.º 118, de 21 de Junho;

- Zona Geral de Proteção (ZGP) do *Coliseu dos Recreios, incluindo o edifício anexo da Sociedade de Geografia* – IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6 de Março;
- Zona Geral de Proteção (ZGP) do *Convento da Encarnação, incluindo a igreja* – IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6 de Março;
- Zona Geral de Proteção (ZGP) do *Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa* – MN - Monumento Nacional, Decreto de 16 de junho de 1910, DG, n.º 136, de 23 de Junho;
- Zona Geral de Proteção (ZGP) da *Avenida da Liberdade* – CIP - Conjunto de Interesse Público, Portaria nº 385/2013 publicada no DR nº 115 de 18 de Junho;
- Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE), Aviso n.º 15825/2009, DR, 2.ª série, n.º 175, de 9 de Setembro;
- “Área de Nível Arqueológico II” – Plano Diretor Municipal de Lisboa, Aviso nº 11622/2012, DR nº 168, 2ª série, de 30 de Agosto.

1.2 DATA DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

O presente relatório visa apresentar o resultado dos trabalhos arqueológicos efectuados entre os dias 19 e 27 de Fevereiro de 2024, numa soma total de 6 dias úteis.

1.3 EQUIPA TÉCNICA

Os trabalhos foram efectuados pelo Diretor Científico Ricardo Russo, auxiliado pelo Arqueólogo Ruben Barbosa, no cumprimento do Plano de Trabalhos aprovado e PATA autorizado, pela Direcção Geral do Património Cultural *supra* referido.

2. METODOLOGIAS

2.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO-DOCUMENTAL

O levantamento histórico-documental realizado visou fundamentar e compreender a interpretação dos dados resultantes da intervenção arqueológica efectuada.

Neste sentido, realizou-se uma consulta de bibliografia, de documentação de carácter geral e/ou específico e de fundos documentais e iconográficos (fotografias, plantas, gravuras, entre outros).

2.2 METODOLOGIA DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

A metodologia de escavação adotada seguiu os princípios definidos por Barker (1993) e Harris (1989), de acordo com os quais a realidade mínima a ser registada é a unidade estratigráfica. Este registo aplicou-se às diferentes realidades identificadas no decorrer da intervenção arqueológica, nomeadamente no que concerne a depósitos, estruturas negativas (vala, buraco, fossa, *etc.*) ou estruturas positivas (parede, caneiro, pavimento, *etc.*).

De acordo com o método estabelecido, cada unidade estratigráfica, identificada individualmente, foi removida manualmente pela ordem inversa à da sua deposição, estabelecendo, desta forma, a sequência de formação estratigráfica.

Para além do registo individual de cada unidade estratigráfica, materializado numa ficha, os contextos arqueológicos identificados foram também registados graficamente, sob a forma de desenho arqueológico à escala 1/20 (ou à escala mais adequada à realidade em concreto), e fotograficamente.

Por fim, de acordo com a legislação em vigor, as sondagens arqueológicas e parietais foram integradas na rede geodésica nacional.

2.3 *METODOLOGIA DE SONDAGENS PARIETAIS*

No que se refere às sondagens de diagnóstico parietal, foi adoptada a mesma metodologia aplicada à realidade murária. As picagens das paredes a intervir foram realizadas com escopro e martelo.

Realizaram-se os seguintes trabalhos:

- realização de alçados das sondagens/leituras, bem como eventuais desenhos de pormenor de elementos considerados relevantes;
- análise do edificado e a leitura dos paramentos murários (observação directa dos diferentes elementos, unidades estratigráficas e técnicas construtivas);
- definição e descrição de todas unidades estratigráficas murárias identificadas numa ficha-tipo individual;
- definição de cronologias relativas e absolutas de acordo com as relações estratigráficas observadas e os dados obtidos em sede de pesquisa documental;
- registo fotográfico de todas as realidades identificadas.

De acordo com a legislação em vigor, as sondagens foram integradas na rede geodésica nacional.

2.4 *METODOLOGIA DE REGISTO FOTOGRÁFICO*

O registo fotográfico foi realizado em suporte digital, documentando todas as realidades registadas durante os trabalhos arqueológicos, sendo acompanhado por uma lista numerativa e descritiva de cada elemento a apresentar.

2.5 METODOLOGIA DE TRATAMENTO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

O material arqueológico recolhido será devidamente tratado segundo as exigências legais em vigor (DL 164/14, Artº18).

Considerando as condições de aceitação para depósito do espólio arqueológico nas reservas municipais sob gestão do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), foi tida em consideração a seguinte metodologia:

- Limpeza de materiais de acordo com o tipo de material;
- Agrupamento dos materiais por unidade estratigráfica, sondagem e/ou contexto arqueológico;
- Posterior, contabilização, em cada unidade estratigráfica, do número de fragmentos de acordo com a matéria-prima, processos de fabrico e decorativos;
- Acondicionamento de cada um dos grupos (explanados no ponto anterior) em saco individual com etiqueta (com indicação do acrónimo do projeto, do número de saco, da sondagem, da unidade estratigráfica e a descrição sumária do espólio);
- Acondicionamento em contentores próprios da totalidade do espólio, com identificação exterior de cada contentor, contemplando a designação da intervenção arqueológica, o ano em que ocorreu a intervenção, conteúdo por tipo de material e números sequenciais de acordo com a listagem. O espólio que exige cuidados específicos de conservação e restauro (espólio osteológico, amostras, espólio orgânico, espólio metálico) ou espólio com interesse museográfico foi acondicionado em contentor próprio;
- Elaboração de listagem com discriminação de número de contentor, número de saco, descrição sumária do conteúdo, unidade estratigráfica e número de fragmentos.

Os materiais arqueológicos deverão ficar em depósito provisório na sede da Clay Arqueologia, a saber: Rua das Beiras, 8 B, Cruz de Pau, 2845-059 Amora; sendo que, posteriormente à aprovação do Relatório Final, deverão ser imediatamente entregues ao Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) ou a outra entidade designada pela Tutela. A entrega dos mesmos será devidamente informada à Tutela.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O sítio localiza-se no Beco de São Luís da Pena, 34-34A e Rua Eugénio dos Santos, na freguesia de Arroios, concelho e distrito de Lisboa.



Imagem 1 - Localização do imóvel em excerto da Carta Militar de Portugal, fl. 431, escala 1/25 000

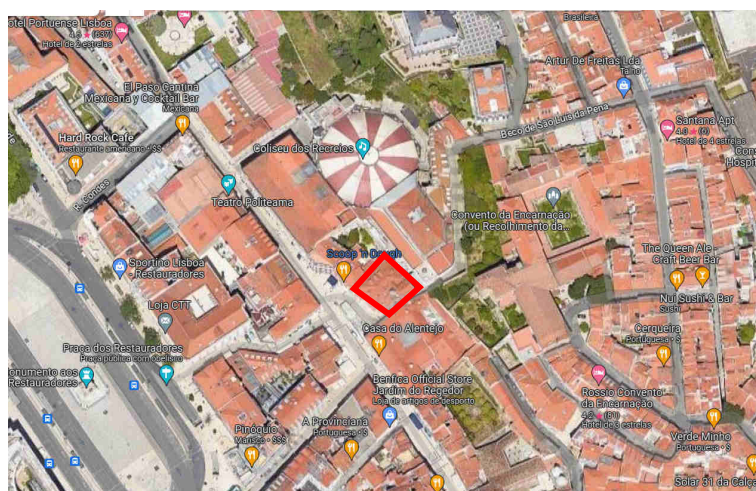


Imagem 2 - Localização do imóvel no Google Maps (2023)

3.2 ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO

O imóvel em questão encontra-se implantado numa área de formação Miocénica denominada *Areolas da Estefânia* (M_{II}).

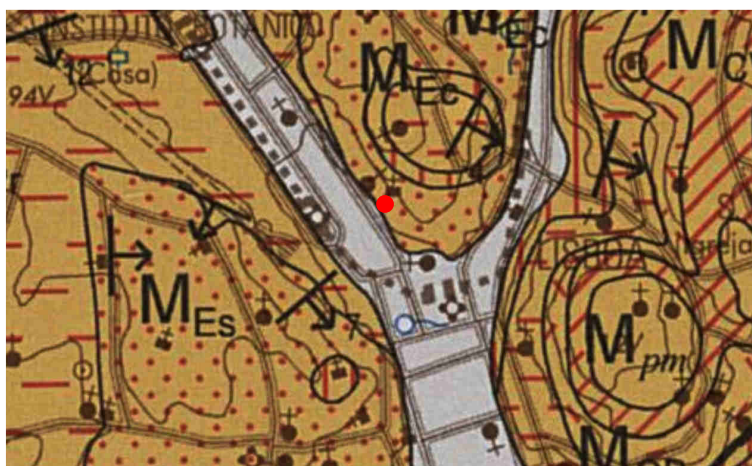


Imagem 3 - Localização do sítio na CGP, fl. 34-D, Esc. 1: 50 000

3.3 BREVE RESENHA HISTÓRICA

Lisboa tem revelado uma grande intensidade ocupacional ao longo dos tempos, desde a pré-história até aos nossos dias, devido essencialmente à sua privilegiada e atrativa localização geográfica, entre o Norte e o Sul do território, e a proximidade com o mar, ligada pelo estuário do Tejo, em conjunto com excelentes condições naturais e climáticas.

As características naturais, com boas condições de defesa e acesso facilitado a matérias-primas e recursos alimentares estuarinos e terrestres vai favorecer o estabelecimento de populações nesta área.

Até ao primeiro milénio a.c. a antropização do espaço ocorre em altura ou meia altura, com boas condições naturais de defesa, embora se verifiquem vestígios de ocupação perto das áreas ribeirinhas, possivelmente de carácter sazonal ou pontual.

Com efeito, as intervenções arqueológicas efectuadas nas últimas décadas têm-nos permitido observar uma dinâmica de ocupação geográfica deste o Neolítico à Idade do Bronze. Ressaltamos os vários arqueossítios do Neolítico e Calcolítico que vêm sendo identificados na Lisboa Ocidental, nomeadamente

no Bairro Alto, Ajuda e Restelo, e perto da baixa pombalina na Encosta de Santana / Torre do Jogo da Pela (Martim Moniz) e vestígios calcolíticos e ocupação da Idade do Bronze na Praça da Figueira. Ainda da Idade do Bronze observamos uma ocupação antrópica na Ajuda e Martim Moniz.

A diáspora comercial fenícia pelo Mediterrâneo e a sua consequente chegada à região de Lisboa, vai definir o foco de crescimento urbano que se vai sentir nos séculos seguintes. Embora a lógica de ocupação antrópica mantenha as diretrizes do período anterior, os contactos comerciais marítimos vão impor a necessidade de aportada de embarcações. As condições naturais de ancoradouro do antigo esteiro e as características de defesa natural da colina de São Jorge, tornaram esta área privilegiada ao estabelecimento destas populações.

As escavações arqueológicas realizadas nas proximidades e no Castelo de São Jorge apontam para que a fundação da cidade seja de origem Fenícia, em cerca de meados do primeiro milénio a.C., demonstrando uma área ocupacional limitada ao topo e encosta Sul, balizada entre os finais do século VIII/início do século VII a.C. e a segunda metade do século II a.C. (GOMES *et alii*, 2003; PIMENTA, 2014).

O núcleo primitivo de Lisboa apresenta uma certa continuidade na ocupação ao longo do período sidérico e romano, embora se verifique uma abrupta mudança na cultura material a partir da segunda metade do século II a.C., causada pela conquista romana do extremo Oeste peninsular.

Durante os séculos I e II, a civitas desenvolve-se extraordinariamente. Analisando todos os sítios arqueológicos deste período será possível constatar que o *Pomerium* de Olisipo se concentraria na colina de São Jorge, tendo dois arrabaldes, um Ocidente e outro a Oriente na zona do atual Bairro de Alfama, que segundo Rodrigo Banha da Silva seria uma área sub-urbana da cidade romana dos séculos I - III d.C. (SILVA, 2015, p.43).

Junto ao esteiro localizar-se-iam diversas estruturas de produção de preparados piscícolas. Em várias sondagens e escavações realizadas na Baixa de Lisboa têm sido descobertos vestígios da presença romana. Salientem-se os núcleos de preparados piscícolas, como é o caso das cetárias no Núcleo Arqueológico da

Rua dos Correeiros (BCP), na Rua da Madalena n.º 54-60, Rua dos Fanqueiros n.º 68-76, Rua da Prata n.º 88-114 e cruzamento da Rua Augusta com a Rua da Vitória, revelando a importância do Estuário do Tejo nas atividades e vidas das populações desde tempos remotos.

De Olisipo saíam várias vias, nas intervenções arqueológicas efetuadas na Praça da Figueira foi identificada a Via Norte, bem como, a maior necrópole da Olisipo Imperial e a ponte, na Praça Dom Pedro IV, vestígios de um *circus* (SILVA, 2012, pp. 75-76). Na zona ribeirinha a Oriente de Olisipo, dispunha-se a partir da porta de Alfama, o traçado da Via Olisipo - *Scallabis*, seguindo pela margem do Tejo em direção a *Ierabriga* e depois *Scallabis* (SILVA, 2015, p.43) enquanto a Ocidente haveria uma terceira via, que sairia da área da Igreja da Madalena, seguindo pelas antigas portas de Santa Catarina e depois ponte de Alcântara (SILVA, 2012, p. 85).

Os limites da muçulmana Luxbuna, seriam semelhantes aos de Olisipo, parecendo ocorrer em período medieval uma expansão dos arrabaldes ocidental e oriental, que só passaram a estar intra-muros com a construção da muralha Fernandina no século XIV.

Em 1147, com a conquista da cidade por D. Afonso Henriques, intensifica-se a expansão da cidade além muralhas. O desenvolvimento de Lisboa esteve sempre correlacionado com os interesses do Reino. Durante a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XIV a cidade atinge um rápido desenvolvimento urbanístico. D. Dinis aciona a construção de uma rua principal, a Rua Nova dos Ferros, onde se arruavam os comerciantes ricos e se tratava de importantes negócios relacionados com o comércio e as finanças, e a Rua Nova d'El-Rey, mais tarde designada por Rua dos Ourives, uma vez que lá se fixou esse tipo de comércio. Já durante o reinado de D. Fernando, entre 1373-75, fora construída uma nova muralha, afim de proteger os arrabaldes das incursões dos castelhanos pois houvera *“gran perda [d]os moradores de fóra da cêrca, em grandes e formosas casas e muitas alfaias e outras riquezas que levar não poderam comsigo, quando el-rei de Castella veiu sobre ella [Lisboa]; e isto porque muitos dos mais ricas gentes moravam todas fóra, em um grande e espaçoso arrebalde que havia ao redor da cidade,*

desde a porta de Ferro até á porta de Santa Catharina e desde a torre d'Alfama até à porta da Cruz" (LOPES, ed. 1895, p. 94).

A Cerca Fernandina ditou os novos limites do burgo medieval, a partir do antigo núcleo fortificado ergueram-se dois recintos muralhado com planta poligonal, um para oriente, envolvendo o arrabalde Oriental (atual Alfama) e outro para poente - Norte cercando o arrabalde Ocidental incluindo Santa Catarina.

A partir dos finais do século XV, e durante todo o século XVI, o surto demográfico de Lisboa, vai promover a expansão do casario para lá dos limites da muralha Fernandina, a Norte pela atual Rua de José e Rua da Palma e, para Ocidente, pelo Bairro Alto, ao longo da margem do Tejo até ao monte da Ajuda (MARQUES, 2003, p. 23). No final do século XVI, Lisboa é tida como uma das maiores e mais importantes cidades da Península Ibérica, continuando a sua expansão urbana pela centúria seguinte.

Com efeito, a Igreja de São Luís dos Francesinhos parece ser um exemplo da dinâmica de expansão urbana ocorrida na centúria de quinhentos. A igreja primitiva e hospital anexo foram construídos entre 1563 e 1572, junto às portas de Santo Antão, por iniciativa da Confraria de São Luís Rei de França (ALVES, 2020: Tomo III, 190).

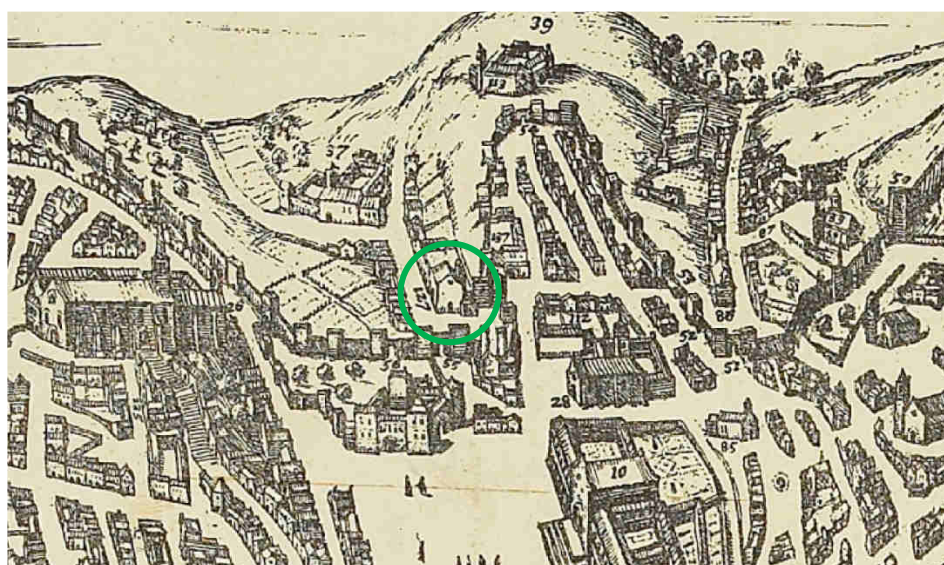


Imagem 4 - Localização aproximada da Igreja de S. Luís dos Franceses (a verde) em excerto da vista rasante sobre Lisboa de Georg Braun (1593)

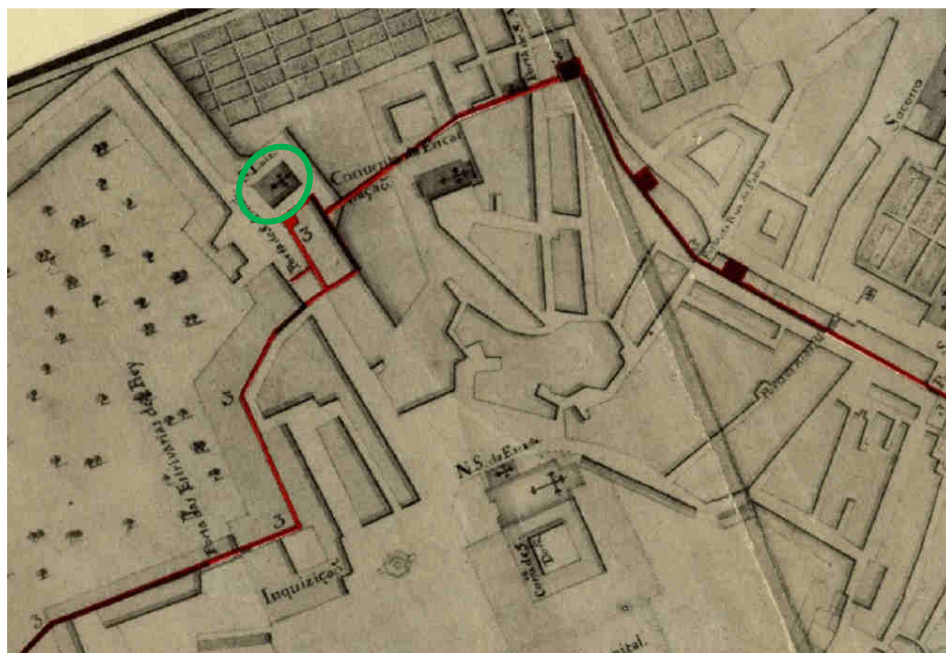


Imagem 5 – Excerto da planta de Guilherme Menezes (1761) com localização da Igreja de S. Luís dos Franceses (a verde) e traçado da muralha Fernandina (a vermelho)

4 DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

O projecto visa a reabilitação e alteração de interiores de um edifício religioso de valor patrimonial, a Igreja São Luís dos Franceses, localizada no nº34 e 34A do Beco de São Luís da Pena, freguesia de Arroios.

A necessidade desta intervenção, prende-se com o estado de degradação que o imóvel tem apresentado ao longo do tempo, com visíveis debilidades estruturais, assim como das suas infraestruturas, de modo a melhorar as condições de segurança, funcionalidade, assim como de salubridade.

Como referido na Memória Descritiva, a intervenção visa incidir principalmente no corpo anexo à igreja e espaços complementares: *“resumindo, para implementar todas as medidas preconizadas, nomeadamente ao nível da criação de condições de segurança; adaptação das instalações sanitárias; reforços estruturais; etc., implicará obrigatoriamente a intervenção em algumas partes dos pisos, para dotar o edifício naqueles pontos já identificados, de uma estrutura mais capaz e duradoura. Esta ação permitirá igualmente executar os novos núcleos de instalação sanitárias, de raiz, sem recorrer a adaptações que correm o risco de serem mal executadas. Terão igualmente de ser revistas todas as instalações (águas; esgotos; elétricas; ventilação; etc.) que estejam nos espaços a intervencionar. O objetivo será dotar um complexo de melhor funcionalidade e torná-lo mais apto para as suas atividades habituais e futuras”* (cf. Memória Descritiva, p. 9).

4.2 TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Os trabalhos arqueológicos previstos em plano de trabalho traduziram-se na realização de três sondagens de diagnóstico arqueológico (a sondagem 1 no piso 0, na área de circulação junto ao elevador; a sondagem

2 no piso 1, na área da casa de banho; e a sondagem 3 no piso 2, na área das novas escadas), assim como de uma sondagem de diagnóstico parietal no piso 3, na área da casa de banho que apresenta um arco.

Todavia, com a chegada da equipa de arqueologia à obra, verificou-se que a sondagem 2 se localizava numa laje superior à sacristia, esta localizada no piso térreo, pelo que não faria sentido a sua realização.

Também a sondagem 1 sofreu alterações, restringindo-se as suas dimensões, com vista a possibilitar a circulação naquele piso, assim como a sondagem de diagnóstico parietal foi ligeiramente diminuída, de modo a não afectar o chuveiro e infraestruturas que são utilizadas diariamente pelo pároco.

Neste sentido, foram realizadas: uma sondagem de diagnóstico arqueológico no piso 0 (sondagem 1), com as dimensões de 1m x 1m (1m²) e 0,50m de profundidade (0,5m³); uma sondagem de diagnóstico arqueológico no piso 2 (sondagem 3), com as dimensões de 2m x 1,50m (3m²) e 0,50m de profundidade (1,5m³); assim como uma sondagem de diagnóstico parietal no piso 3 (sondagem parietal 1), esta com 2,27m de largura por 1m de altura (2,27m²).

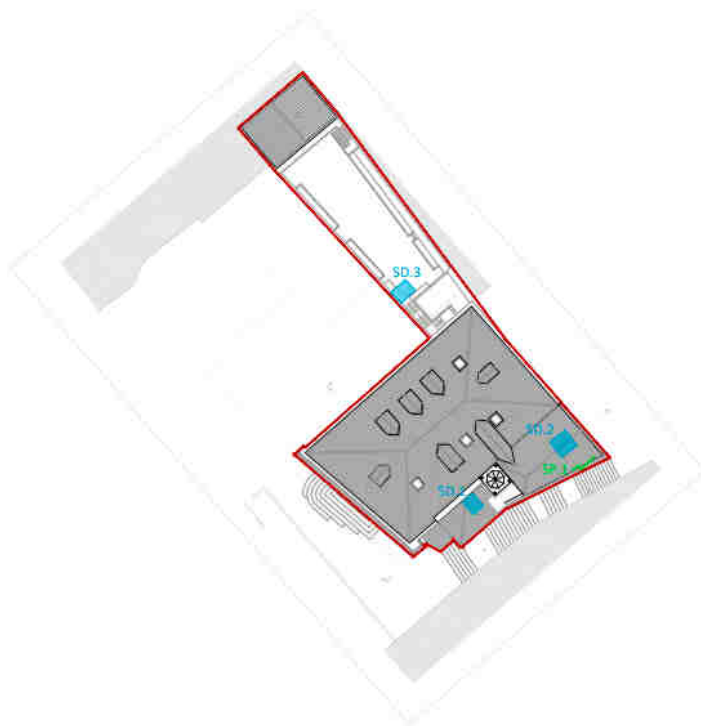


Imagem 7 – Localização das sondagens no projeto de arquitetura

4.2.1 SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO

4.2.1.1 SONDAGEM 1

Realizada no piso 0, na área de circulação junto ao elevador, esta sondagem foi escavada numa área de 1m x 1m (1m²), a uma profundidade de cerca de 0,50m (0,5m³).

Os trabalhos nesta área contaram primeiramente com a remoção cuidada das lajes calcárias (u.e. 100) que constituem o pavimento actual daquele piso. O pavimento [100] adossava à parede NE (u.e. 101), junto ao elevador, e à parede SE (u.e. 102), empena do edifício, cujo alçado apresentava reboco abaixo do pavimento. Coberto por [100], registou-se um depósito de aterro (u.e. 106) castanho-claro, arenoso, pouco compacto e heterogéneo, com a presença de material de construção. Este depósito era cortado pela vala (u.e. 104) de uma viga metálica e betão (u.e. 103) para reforço estrutural, que se encontrava adossada à parede do elevador [101]. O corte realizado pela referida vala é apenas visível no alicerce da parede NE da sondagem, uma vez que o seu enchimento (u.e. 105) não apresentava diferenças com o depósito de aterro [106].

Tanto o depósito [106], como o betão da viga metálica [103] foram registados até à cota prevista de escavação.



Imagem 8 – Plano final da sondagem 1

4.2.1.2 SONDAGEM 3

Esta sondagem foi efectuada no piso 2, na área das novas escadas, com as dimensões de 2m x 1,50m (3m²), com 0,50m (1,5m³) de profundidade.

Os trabalhos tiveram início com a remoção do pavimento de circulação actual (u.e. 300), composto por calçada de pedra calcária sobre areia, com ligante em cimento.

Após a remoção do pavimento [300], foi identificado um depósito de aterro (u.e. 301) castanho-escuro, arenoargiloso, pouco compacto e heterogéneo, com inclusão de argamassas alaranjadas, bolsas arenosas e material de construção.

Procedeu-se então à escavação e limpeza do depósito de aterro [301], identificando-se uma infraestrutura em cano de grés (u.e. 302), cuja vala (u.e. 303), que cortava o depósito [301], não era visível, uma vez que o seu enchimento (u.e. 304), correspondia a um depósito de aterro igual a [301].

O depósito de aterro [301] foi registado até à cota prevista de escavação.



Imagem 9 – Plano final da sondagem 3

4.2.2 SONDAGENS DE DIAGNÓSTICO PARIETAL

4.2.2.1 SONDAGEM 1

A sondagem de diagnóstico parietal foi realizada no piso 3, na área da casa de banho que apresenta um arco, com as dimensões de 2,27m de largura x 1m de altura (2,27m²).

Antes de prosseguir, referir que se denominou u.e. 1000 à parede SE original daquela área, com arco adossado, e u.e. 1001 à parede SO original, interior do arco.

O plano inicial apresentava um vão de janela (u.e. 1002) integrado na parede [1000], assim como um revestimento em azulejo e respectivo assentamento em betonilha (u.e. 1003) em toda a área da sondagem.

Removidos os azulejos [1003] e após a limpeza do assentamento em betonilha, registou-se uma camada de argamassa com inclusão de finas tiras de tijoleira (u.e. 1004), que por sua vez cobria uma camada de argamassa de cal (u.e. 1005). A camada [1005] encontrava-se directamente a cobrir as paredes [1000] e [1001], colocando-se a hipótese de corresponder ao revestimento (reboco) da parede original naquela área.

Um roço (u.e. 1006) para implantação de infraestruturas/canalização (u.e. 1008), cortava tanto o reboco [1005], como as paredes [1000] e [1001]. O seu enchimento (u.e. 1007) em argamassa de cimento e tijolo furado, apresentava-se muito semelhante ao enchimento/entaipamento (u.e. 1014) de duas reentrâncias retangulares rebocadas no seu interior (u.e. 1013), integradas na parede [1000].

Após a retirada e limpeza do enchimento [1007] e entaipamento [1014], assim como a remoção do reboco [1005], o plano final da sondagem apresentava a parede [1000] em alvenaria de pedra com ligante em argamassa de areia amarelada e inclusão de tijoleira, assim como a parede interior do arco [1001], adossada a [1000], em alvenaria de pedra e fiadas de tijoleira organizadas no topo do arco.

A parede [1000] era cortada por um roço (u.e. 1011) de um cano em ferro (u.e. 1010), cujo enchimento (u.e. 1012) em argamassa de cimento e tijoleira, atravessava aproximadamente a meio das duas reentrâncias retangulares [1013]. Coloca-se, assim, a hipótese de [1013] ter sido originalmente uma única janela, posteriormente dividida para colocação da infraestrutura [1010].

De referir ainda, duas reentrâncias semiovais, com reboco de cal, integradas em [1000] e [1001], entaipadas com pedras de pequena dimensão, tijoleira e argamassa de areia amarelada (u.e. 1016), cuja interpretação não se determinou.



Imagem 10 – Plano final da sondagem parietal 1

4.3 ESTUDO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Durante a intervenção foi identificado apenas material arqueológico de cronologia contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório decorre dos trabalhos de diagnóstico arqueológico desenvolvidos no sentido de responder às condicionantes de carácter arqueológico da empreitada de reabilitação e alteração de interiores de um edifício religioso de valor patrimonial, a Igreja São Luís dos Franceses, localizada no nº34 e 34A do Beco de São Luís da Pena, freguesia de Arroios.

Foram intervencionadas duas sondagens de diagnóstico arqueológico (sondagem 1 e sondagem 3) e uma sondagem de diagnóstico parietal (sondagem parietal 1).

Relativamente às sondagens de diagnóstico arqueológico, para além dos pavimentos de circulação actuais em lajes calcárias (u.e. 100), na sondagem 1, e em calçada de pedra calcária (u.e. 300), na sondagem 2, apenas se registaram os depósitos de aterro (u.e. 106) e (u.e. 301), assim como reforços estruturais (u.e. 103) e infraestruturas (u.e. 302). No piso 0 do edifício, na área da sondagem 1, o pavimento [100] adossava à parede SE (u.e. 102), empena do edifício, cujo alçado apresentava reboco abaixo do pavimento.

De referir que apenas se identificou espólio arqueológico de cronologia Contemporânea nos depósitos de aterro das sondagens 1 (u.e. 106) e 3 (u.e. 301).

Atingindo a cota de escavação proposta e não se tendo identificado estruturas arqueológicas, ambas as sondagens foram protegidas com manta geotêxtil/plástico e devidamente aterradas, no sentido de garantir a segurança das pessoas que frequentam o espaço, nomeadamente crianças.

O plano final da sondagem de diagnóstico parietal, por sua vez, apresentava a parede SE (u.e. 1000) em alvenaria de pedra com ligante em argamassa de areia amarelada e inclusão de tijoleira, assim como a parede SO interior do arco (u.e. 1001), adossada a [1000], em alvenaria de pedra e fiadas de tijoleira organizadas no topo do arco.

Um roço (u.e. 1006) para implantação de infraestruturas/canalização (u.e. 1008) encontrava-se a cortar as paredes [1000] e [1001], sendo que o seu enchimento (u.e. 1007), em argamassa de cimento e tijolo

furado, se apresentava muito semelhante ao enchimento/entaipamento (u.e. 1014) de duas reentrâncias retangulares rebocadas no seu interior (u.e. 1013), integradas na parede [1000].

A parede [1000] era cortada por um roço (u.e. 1011) de um cano em ferro (u.e. 1010), cujo enchimento (u.e. 1012) em argamassa de cimento e tijoleira, atravessava sensivelmente ao centro das duas reentrâncias retangulares [1013]. Neste sentido, coloca-se a possibilidade de [1013] ter sido originalmente uma única janela, dividida para colocação da infraestrutura [1010] e, posteriormente, entaipada com enchimento (u.e. 1014) idêntico ao registado no roço (u.e. 1006) para infraestruturas (u.e. 1008).

Destacar, por fim, duas reentrâncias semiovais, com reboco de cal, integradas em [1000] e [1001], entaipadas com pedras de pequena dimensão, tijoleira e argamassa de areia amarelada (u.e. 1016), cuja função não se determinou – propõe-se a hipótese de terem pertencido a nichos para colocação de figuras religiosas.

Por fim, coloca-se ainda a hipótese de o arco em si poder tratar-se de uma estrutura de distribuição de forças da parede superior.

No que respeita às medidas de minimização subsequentes, e tendo em conta o resultado do diagnóstico realizado e aqui apresentado, coloca-se à consideração da Tutela a realização do acompanhamento arqueológico das intervenções a realizar no solo/subsolo, bem como eventuais picagens de paredes a executar.

Amora, 07 de Março de 2024

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 GERAL

ALARCÃO, J. (2002), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

BARKER, P. (1993), *Techniques of archaeological excavation*, 3ª ed., Routledge, London.

HARRIS, E. (1991), *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona.

OLIVEIRA, E. P. (1984), *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)*, IPPCC-DA, Lisboa.

OLIVEIRA, E. P. (1985), *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979)*, IPPCC-DA, Lisboa.

OLIVEIRA, E. P. (1993), *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (séc. XVI-1934)*, IPPAR, Lisboa.

6.2 ESPECÍFICA

ALMEIDA, d. Fernando de (1975), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Junta Distrital de Lisboa, vol 5, Tomo II.

ARAÚJO, Norberto (1944-1956), *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Vega. Vol II, Livro III.

ALVES, José da Felicidade (2020), *Peregrinação pelas Igrejas de Lisboa - Tomo III: As Igrejas do século XVI (1495-1580)*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

AUBET, María Eugenia (2016), "Phoenicians abroad: From merchant ventures to colonists", in *Eurasia at the Dawn of History*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 254-264.

CARDOSO, João Luís e CARREIRA, Júlio Roque (1997), "Contribuição para o conhecimento da ocupação pré-histórica de Lisboa: os materiais da Praça da Figueira", In *OLISIPO*, Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa, II série, nº 5, pp 7-12.

CASTILHO, Júlio (1885), *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. Lisboa: Livraria Ferreira.

- CASTRO, Padre João Bautista (1763), *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno (Tomo III).
- COSTA-SACADURA, Dr. (1933), *Subsídios do Hospital de S. Luiz dos Franceses*. Coimbra: Oficinas da Coimbra Editora.
- LEAL, Augusto Pinho (1874), *Portugal antigo e moderno*, Vol. 4, Lisboa, Livraria editora de Mattos Moreira & Companhia.
- LOPES, Fernão (1895), *Chronica de El-Rei D. Fernando*, Volume II, Lisboa, Bibliotheca dos Classicos Portuguezes.
- MATOS, José Luís (1999), *Lisboa Islâmica*, Lisboa, Instituto Camões.
- MONCONYS, M. (1695), *Voyages de M. de Monconys, conseiller du roi et lieutenant criminel au siège présidial de Lyon*, divisez en 5 tomes. Paris, Tomo IV.
- PIMENTA, João (2014), "Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Junio Bruto", in *Cira – Arqueologia III - Atas - Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, N.º 3, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 44-60.
- PROENÇA, Raul (1924), *Guia de Portugal*. Lisboa: FCG, vol. I.
- Relatório de Conservação e Restauro (2023)*, Oficina do Castelo.
- SILVA, A. Vieira da (1948), *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. II, Lisboa, Oficinas gráficas da C.M.L..
- SILVA, A. Vieira da (1942), "A ponte de Alcântara", in *Olisipo*, N.º18/Abril, Grupo de amigos de Lisboa.
- SILVA, Rodrigo Banha (2012), "Arqueologia viária romana em Lisboa: a i.a.u. da Praça da Figueira", in *Cira Arqueologia I - ATAS MESA REDONDA "DE OLISIPO A IERABRIGA"*, pp 74-87.
- SILVA, Rodrigo Banha, (2013), "A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa", in *Cira Arqueologia II - O Tejo, Palco de Interação entre Indígenas e Fenícios*, pp 40-62.

SILVA, Rodrigo Banha da (2015), “Um contexto altoimperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa)”, In *Contextos estratigráficos na Lusitania (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*, AAP Monografias, 1, pp. 41-67, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

6.3 FONTES HISTÓRICAS

AML, Obra 52810, Processo nº 27682

AML, Obra 52810, Processo nº 5113

AML, Obra 52810, Processo nº 31004

AML, Livro de Escrituras nº 122, ano de 1862, p. 371; citado em CASTILHO, 1885: 111

6.4 CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA

BN - BRAUN, Georg (1541-1622), *Olissippo quae nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lisitaniae, ad Tagum*, escala indeterminada.

CML – MENEZES, Guilherme (1761), Configuração de partes das Fortificações antigas da Cidade de Lisboa [...]

INSTITUTO GEOGRÁFICO DE PORTUGAL - Carta Militar de Portugal, 1:25 000, fl. 431.

LNEG (2008) – Carta Geológica de Portugal, 1:50 000, fl.34-D.

6.5 WEBGRAFIA

Atlas do Património - <https://patrimonioldgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html>

Google Earth – <https://earth.google.com>

LNEG - <https://geoportal.lneg.pt/mapa>

Portal do Arqueólogo - <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

SIPA - <http://www.monumentos.gov.pt>

LXI – <https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi>

7. ANEXOS

7.1 LISTA DE FOTOGRAFIAS

7.2 FOTOGRAFIAS EM PAPEL DE QUALIDADE FOTOGRÁFICA

7.3 DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

7.4 *LISTA DE REGISTO GRÁFICO*

7.5 *LISTA DE METADADOS*